

**A Ditadura Militar e a censura do ensino: um recorte da educação no período de  
1964-1984**

Ilara Santos Lemos  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: ilaralemos3@gmail.com

Andrecksa Oliveira Sampaio  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: Andrecksa.oliveira@uesb.edu.br

1360

**Palavras-chave:** Nazismo. Fascismo. Socialismo. República. Novo-Nazifascismo

## INTRODUÇÃO

Com a ditadura militar, o setor educacional esteve bastante prejudicado, dado que, mudanças drásticas foram realizadas entre os anos de 1964 a 1984 no contexto político e econômico brasileiro de forma geral. Nesse período, a população era excluída ou impedida de questionar seus direitos e fazer reivindicações. Conforme afirma Paulino e Pereira (2006, p. 1943) “com o Golpe Militar, o ensino em todas as áreas da educação brasileira, passou a ser rigidamente vigiados pelos comandantes das forças armadas”. Neste sentido, os ditadores transformaram a educação brasileira em algo muito reacionária, adotando medidas antidemocrática e positivistas. O poder estava nas mãos dos generais, que detinham o poder sobre as deliberações acerca do país.

Segundo Noronha; Ribeiro; Xavier (1994) a prioridade do regime se deu principalmente na melhoria da gestão do Estado em todos os seus aspectos, o lema adotado era crescer, para depois dividir, priorizando o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, “a educação foi conduzida para atender ao mercado de trabalho” (Ghiraldelli, 2009, p. 113). Dessa forma, a prioridade do governo era o aumento da produção, favorecer a economia com o aumento da renda das pessoas. O ensino das massas populares era nitidamente voltado para uma determinada ocupação profissional quando estes terminassem o ensino médio, tendo que estar aptos para o trabalho. O ensino superior era um privilégio da alta sociedade brasileira que iriam exercer as principais

**Realização:**



**Apoio:**



posições de trabalho do país (Piletti, 2002). Como diz Ferreira, a reforma na área educacional tinha “como objetivo criar uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção” (Ferreira, 2010, p. 98).

Essas mudanças feitas pelos militares, estavam fortemente alinhados aos interesses dos países capitalistas mais ricos, tendo em vista que as aplicações de capital para uma melhor educação em países em desenvolvimento como o Brasil, “tinham por objetivo expandir mercados, introduzindo novos hábitos de consumo nas camadas mais altas da população e, ao mesmo tempo, criar, através do ensino, mão-de-obra de baixo nível” (Clark, 2006, p. 128), o que gera lucro para esse tipo de sistema de produção.

1361

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa tem por base um estudo teórico, fundamentada em livros, artigos da internet, acessados através do Google acadêmico. Os autores de maior relevância foram Clark e Nascimento (2006), Ferreira (2008, 2010), Noronha, Ribeiro, Xavier (1994), Piletti (2004), Leme, Brabo (2019), entre outros autores que abordam a história da educação no Brasil de forma geral e da educação no período da ditadura militar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Essas modificações ocorridas no governo militar, acabou, como de costume na história da educação brasileira, de intensificar a concentração de renda no Brasil, na medida em que houve o favorecimento das classes sociais mais altas, principalmente com a ascensão da burguesia industrial no país, em que o objetivo era uma educação fracionada para que as demais classes sociais se adentrassem no mercado de trabalho, na indústria, construção e serviços, sem muita opção de escolha, que servia para suprir as atividades desses setores que estava crescente na época; Leme, Brabo (2019).

Nesse período, o ensino continuou ineficiente, e as condições de vida da maioria das pessoas ainda eram escassas, pois as escolas públicas, diferentes das particulares, foram prejudicadas por não terem recursos suficientes e nem uma infraestrutura adequada. “O currículo mínimo implantado no período ditatorial culminou com a formação precária docente” (Leme, brabo, 2019, p. 85). O processo de ensino aprendizagem dos alunos assim como também dos professores foram afetados, pois

**Realização:**



**Apoio:**



existiam muitos conteúdos e discussões que não podiam ser vistos nas escolas e nas universidades. De acordo com Farias (2008), este tipo de educação em que os conteúdos escolares continuam dissociados do contexto social e da capacidade cognitiva dos alunos comprometem o avanço de uma sociedade democrática. Isto ocorre até os dias atuais, quando uma ideologia é colocada acima do conhecimento amplo e dos debates que não se aceita o contraditório.

Nesse período, foi instituído mudanças em como seria regulamentado o ensino técnico, focado no rendimento produtivo e na economia. Essa tendência foi muito criticada por diversos autores que defendem uma educação menos limitada, uma vez que o tecnicismo está muito baseado em métodos, sondagem de dados e informações que distanciam os estudantes da realidade crítica e reflexiva, atrapalhando outros processos de aprendizagem. O método tecnicista muito impregnado neste período militar, é bastante valorizado, na ótica positivista, ideologia que foi profundamente utilizada, pelos militares, não somente no setor educacional, mas também no próprio gerenciamento estatal (Ferreira, Bittar, 2008).

“A reforma de 1º e 2º graus (leis nº 5.692/71) possuía, portanto, uma dupla função: utilitarista e discriminadora” (Noronha; Ribeiro; Xavier, 1994, p. 250). Em suma o que as autoras querem dizer, é que era necessário que houvesse uma rápida força de trabalho diante dos interesses mercantis dos setores de serviços nos espaços urbanizados. Então, os alunos do 2º grau teria um ensino meramente profissionalizante, para servir a estas esferas, porém, os alunos da escola privada, não teriam essa mesma proposta, já que estavam sendo preparados para ingressarem direto no ensino superior, local que possuía vagas muito restritas, Plank (2001).

Houve muitas estratégias de privatização na área educacional, uma vez que, “em 1967, foi outorgada a sexta Constituição Brasileira. Com a nova Carta Constitucional, o Estado se desobrigou a financiar a educação pública” (Costa e Santos, 2023, p. 9338). Assim, as verbas públicas estavam sendo destinadas as instituições privadas que se enrijeceu neste período, além dos subsídios das escolas públicas diminuídos. Havia muitas expectativas negativas e especulações de que o ensino seria de fato privatizado, além de que a influência estrangeira não seria adaptável às conjunturas do país.

No campo universitário, Noronha; Ribeiro; Xavier (1994, p. 235) comentam que “o decreto nº 477 permitia que se reprimisse com rigor qualquer tentativa de crítica

**Realização:**



**Apoio:**



política no interior das escolas e universidades”. Depois de muitas reivindicações por parte dos alunos, para que houvesse mais oportunidades de ingresso nestas instituições públicas, fora estabelecido que ampliasse em até duas vezes a quantidade de pessoas nestes espaços, que foi severamente restringido, mas a demanda ainda continuava grande (Piletti, 2002). Segundo Silva, neste período a prova de admissão nas universidades era muito disputada, entretantes “a falta de estrutura, a insuficiência de docentes e a quase ausência de pós-graduação marcavam uma grande contradição entre um país em desenvolvimento e uma educação superior aquém das necessidades desse crescimento” (Silva, 2016, p. 472). Logo percebe-se que o desenvolvimento não se deu no âmbito educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ditadura militar, houve um crescimento econômico no Brasil, porém, ao mesmo tempo em que aumentou as desigualdades sociais, a educação em nada avançou. Conforme visto pelos autores, diversos fatores prejudicaram este processo, entre eles, o ensino que vinha de uma estrutura que privilegiava ricos, e continuava muito deficiente e “a educação se afastou de sua função social, voltada para a formação humana, e flertou com a função econômica, voltada para a formação de mão de obra e aumento da produtividade industrial” (Costa, Santos, 2023, p. 9344). Com a economia visando fomentar mais empresas, mercados e bancos, outras áreas foram desvalorizadas e carentes, principalmente o setor social que está associado ao setor educacional e ainda vive um grande desafio a ser superado.

## REFERÊNCIAS

CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N. M.; SILVA, Romeu Adriano. A administração escolar no período do governo militar (1964-1984). **Revista HISTEDBR On-line**, v. Especial, p. 124-139, 2006.

COSTA, JR; DOS SANTOS, S M. O projeto de desenvolvimento no regime militar: crepúsculo da formação humanista, alvorada da educação tecnicista e retomada do ensino dualista. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 07, pág. 9319–9352, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N7-102. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1273>. Acesso em: 5 jul. 2024.

GHIRALDELLI, Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Liber Livros, 2008.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 333-355, 2008.

FERREIRA Jr. Amarílio. **História da educação brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: Editora EdUFSCar, 2010, 124 p.

LEME, Renata Bento; BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino. Formação de professores: currículo mínimo e política educacional da ditadura civil-militar (1964-1985). **ORG & DEMO (UNESP. MARÍLIA)**, v. 20, p. 83-98, 2019.

NORONHA, Maria O.; RIBEIRO, Maria L.; XAVIER, Maria E. **História da Educação. A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

SILVA, G. B. A educação superior no regime militar: rupturas ou continuidades? **Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 455-474, 30 out. 2016.

SOUZA, Ângelo R. de; TAVARES, Taís M. A gestão educacional no Brasil: os legados da ditadura. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 30, n. 2, 2015. DOI: 10.21573/vol30n22014.53674. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53674>. Acesso em: 13 jul. 2024.

Realização:



Apoio:

